Neste 19 de abril, data simbólica dedicada aos povos indígenas, em memória a nossos antepassados e às lideranças tombaram na luta, estamos aqui para reafirmar a luta por nossos direitos.

Não aceitamos que um governo genocida, juntamente com políticos ligados ao agronegócio e à mineração, promovam armações na tentativa de atacar nossos direitos e tentem criar um ambiente favorável à aprovação de projetos voltados à exploração e DEVASTAÇÃO de nossos territórios.

O coronavírus, aliado ao descaso criminoso do governo Bolsonaro, já levou a vida de mais de 1000 indígenas, infectou 52 mil e afetou mais de 160 povos de acordo com dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Em muitos casos, levou anciões, guardiões dos nossos saberes ancestrais. Exigimos a imediata vacinação de todos os indígenas do Brasil, inclusive aqueles que vivem em contexto urbano, conforme a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

O governo do capitão Bolsonaro se aproveita desse cenário de crise sanitária, que ele próprio fortaleceu, para impor a sua pauta e seus projetos de morte, entre eles o PL 191/2020 que libera a mineração, a exploração de recursos hídricos e outros projetos de destruição em nossas terras; o PL 490/07 que impede a demarcação de nossas terras.

Por isso, decidimos vir à capital federal, mesmo sabendo dos riscos que corremos no momento, porque entendemos que os riscos trazidos pelos projetos de morte do governo Bolsonaro são ainda maiores, comprometem nossos territórios e o futuro de nossas gerações e podem causar nosso genocídio. Colocamos nossas vidas em risco, hoje, para que nossos filhos, netos e bisnetos tenham a possibilidade de uma vida digna amanhã.

Para amenizar os riscos que corremos, tomamos todos os cuidados que estão ao nosso alcance: apenas lideranças já imunizadas com a segunda dose da vacina integram nossas delegações, estamos mantendo o distanciamento social, o uso de máscaras e álcol em gel e demais cuidados para evitar a contaminação. Vamos nos cuidar e nos proteger - o mesmo que fizemos ao longo deste último ano.

Estamos aqui para manifestar apoio à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), suas lideranças e ações. Reforçamos, com nossa mobilização, o Manifesto divulgado pela APIB neste dia 19 de abril de 2021.

Exigimos a imediata retomada das demarcações de todas as terras indígenas do Brasil, que estão totalmente paralizados desde a posse do atual governo. Que o delegado indicado pela bancada ruralista para a presidência da Funai pare de servir aos interesses antiindígenas e cumpra seu papel institucional na efetivação dos nossos direitos.

Estamos aqui para lutar contra o PL 191/2020, a PEC 215/2000, o PL 490/2007, dentre outras proposições legislativas que nos agridem e atacam nossos direitos consagrados constitucionalmente.

Estamos aqui para defender o direito constitucional ao usufruto exclusivo de nossas terras. Denunciamos que casos de exploração de terras indígenas por não indígenas, a exemplo de arrendamentos, retirada de madeira e minérios, dentre outros, são usados por fazendeiros, madeireiros, garimpeiros e alguns políticos como mecanismo estratégico de divisão e promoção de conflitos internos nas terras indígenas.

Exigimos a imediata retirada de todos os invasores que exploram ilegal e criminosamente as nossas terras.

Estamos aqui para defender e agradecer o STF, seus Ministros e Ministras, pelas decisões tomadas no âmbito da ADPF 709 (que obrigou o governo a apresentar um plano de combate ao coronavirus entre os povos e determinou a retirada de invasores de terras indígenas); da Ação Rescisória 2686 (que reabriu a discussão sobre a demarcação da Terra Indígenas Guyraroká); das liminares tomadas no âmbito do Recurso Extraordinário 1.017.365, com Repercussão Geral (que impediram despejos de nossas comunidades e retrocessos administrativos e judiciais na demarcação de nossas terras).

Reforçamos o pedido ao Presidente do STF, Ministro Luiz Fux, para que coloque em pauta, com urgência, o julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, com Repercussão Geral.

Estamos aqui para denunciar e lutar contra a tese do Marco Temporal. Defendemos o direito originário sobre nossas terras. Neste sentido, demandamos e esperamos que todos os Ministros e Ministras do STF, ao julgar o Recurso Extraordinário acima citado eliminem de uma vez por todas essa ideia do Marco Temporal e reafirmem definitivamente o direito originário sobre nossas terras.

A Pandemia vai passar. Mas a boiada aqui não passa.

Fora Bolsonaro.

Brasília, DF, 19 de abril de 2021

[illegible]

Marcos Rogerio Fonque

Valdomiro O. Aquino

Leonel Lopes

Guilherme Figueredo Menendez

Af. [illegible] T. [illegible]

Thomas Avala

Irana Silada Silva

Rosilena Arrisinozaiz

Antonia Morales

Roseli Concianza Jaqui

Rose Jaq Aquino

Adelaide Lopes